

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15 DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE  
À COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA  
E REDAÇÃO  
Em 08 / 08 / 2019

1º Secretário

*Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa de Goiás, do "Parlamento Jovem Goiano" e dá outras providências.*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 11, XV, da Constituição Estadual, aprova e a Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Assembleia Legislativa de Goiás, o "Parlamento Jovem Goiano", compreendendo atividades a ele pertinentes, de caráter formativo, relativas ao exercício da cidadania e elucidativas do funcionamento do Poder Legislativo.

Art. 2º O Parlamento Jovem Goiano tem por finalidade possibilitar aos estudantes de escola públicas e particulares a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar na Assembleia Legislativa de Goiás, com diplomação, posse e exercício do mandato.

§1º O exercício do mandato terá caráter instrutivo e ocorrerá todos os anos, no segundo semestre, em data acordada pelo Colégio de Líderes, preferencialmente próximo à Semana da Juventude, observada a rotina de trabalhos da Assembleia.

§2º O Parlamento Jovem Goiano será constituído por estudantes do ensino médio ou curso equivalente, devidamente matriculados na rede pública ou particular de ensino, e com idade que não exceda os 29 (vinte e nove) anos.

Art. 3º Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Parlamento Jovem Goiano, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação nas comissões e no Plenário, expedição de autógrafos, onde estará consignado o nome do autor da propositura aprovada.

Parágrafo único. A Mesa da Assembleia Legislativa de Goiás diligenciará no sentido de que a sessão plenária do Parlamento Jovem Goiano transcorra no Plenário da Assembleia Legislativa de Goiás e seja acompanhada por assessoramento técnico compatível com a evolução dos trabalhos, até o seu final.

Art. 4º O Parlamento Jovem Goiano será composto de no máximo 41 (quarenta e um) deputados estudantes, selecionados em cada microrregião do Estado de Goiás, usando como critério a divisão estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o número de representantes proporcional a quantidade de habitantes de cada microrregião, conforme a seguinte distribuição:

I – 2 (dois) representantes para cada microrregião com até 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

II – 4 (quatro) representantes para cada microrregião com população superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

§1º Ao tomarem posse, os deputados do Parlamento Jovem Goiano prestarão o seguinte compromisso: "Prometo desempenhar fielmente o meu mandato, promovendo o bem geral do Estado de Goiás dentro das normas constitucionais e legislações correlatas".

§2º Os trabalhos do Parlamento Jovem Goiano serão dirigidos por uma Mesa Executiva, pelos estudantes, composta por Presidente, Vice-Presidente e 1º e 2º Secretários.

§3º A legislatura terá a duração de 3 (três) dias, verificando-se o seu início com a diplomação, seguida da posse dos deputados e findando-se com a redação do autógrafa dos projetos aprovados na Ordem do Dia.

Art. 5º A Mesa da Assembleia Legislativa de Goiás, mediante Ato, normatizará a consecução do Parlamento Jovem Goiano especialmente quanto:

- I – ao cronograma das atividades de organização;
- II – as orientações relativas aos procedimentos de inscrição e participação dos interessados;
- III – a eleição dos jovens parlamentares no âmbito de suas respectivas escolas;
- IV – as normas para a eleição da Mesa Executiva;
- V – a realização dos trabalhos da sessão plenária.
- VI – possibilidade de transmissão pela TV Assembleia.

§1º O Presidente da Assembleia Legislativa nomeará uma Comissão Executiva, composta por Deputados Estaduais, encarregada de implementar todos os procedimentos necessários para a realização da sessão do Parlamento Jovem Goiano, na forma do estabelecido neste artigo.

§2º As demais atividades que venham a compor o Parlamento Jovem Goiano, orientar-se-ão para o conhecimento dos procedimentos legislativos, dos Partidos Políticos com representação na Assembleia Legislativa, suas propostas políticas e das funções dos líderes partidários.

Art. 6º O deputado do Parlamento Jovem Goiano, no exercício do seu mandato, poderá contar com a ajuda de um Estudante Assessor Parlamentar, proveniente do mesmo estabelecimento de ensino em que estiver matriculado.


Art. 7º A Mesa da Assembleia Legislativa, visando a consecução e o bom andamento dos trabalhos do Parlamento Jovem Goiano, poderá firmar convênios ou parcerias com órgãos públicos ou entidades privadas.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Resolução correrão a conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar nº 112, de 18 de setembro de 2014.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES, EM DE**

**2019.**

  
**Virmondes Cruvinel**  
Deputado Estadual – Cidadania

## JUSTIFICATIVA

A compreensão da estrutura de funcionamento do Estado Democrático de Direito contribui para o crescimento e fortalecimento do exercício da cidadania. A educação política de jovens não está presente na maioria das escolas do país, isso tem criado uma geração de jovens cada vez mais longe das esferas de participação social e política. A distanciação da juventude dos cargos públicos também compromete um dos principais pilares da democracia, a rotatividade.

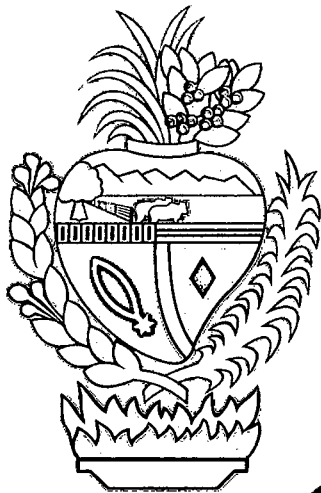
A Assembleia Legislativa pode contribuir para que haja efetiva formação política para a juventude fomentando a necessidade de debate crítico entre os jovens. A participação de jovens nas atividades aqui propostas adquire maior relevância na medida em que procuram difundir princípios fundamentais como a liberdade de expressão, o pluralismo ideológico e político, a tolerância e o diálogo.

Cabe a nossa geração oferecer recursos e oportunidades para que as futuras gerações possam desenvolver sistemas políticos melhores e mais democráticos que os atuais e o Parlamento Jovem Goiano oferece tais recursos ao realizar de forma contextualizada a formação política e cívica para os jovens goianos.

Pelo que restou brevemente exposto, conto com a aquiescência dos demais pares desta Casa de Leis para a aprovação da inclusa resolução.



**Virmondes Cruvinel**  
*Deputado Estadual – Cidadania*



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO

**2019004630**

Autuação: 08/08/2019  
Projeto : RES. 15 - AL  
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO  
Autor: DEP. VIRMONDES CRUVINEL  
Tipo: PROJETO  
Subtipo: RESOLUÇÃO - OUTRAS  
Assunto: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DE GOIÁS, DO 'PARLAMENTO JOVEM GOIANO' E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.





PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15 DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

APROVADO PRELIMINARMENTE  
À PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE  
À COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA  
E REDAÇÃO  
EM 08 / 08 / 2019

1º Secretário

*Dispõe sobre a criação, no âmbito da Assembleia Legislativa de Goiás, do "Parlamento Jovem Goiano" e dá outras providências.*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 11, XV, da Constituição Estadual, aprova e a Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Assembleia Legislativa de Goiás, o "Parlamento Jovem Goiano", compreendendo atividades a ele pertinentes, de caráter formativo, relativas ao exercício da cidadania e elucidativas do funcionamento do Poder Legislativo.

Art. 2º O Parlamento Jovem Goiano tem por finalidade possibilitar aos estudantes de escola públicas e particulares a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar na Assembleia Legislativa de Goiás, com diplomação, posse e exercício do mandato.

§1º O exercício do mandato terá caráter instrutivo e ocorrerá todos os anos, no segundo semestre, em data acordada pelo Colégio de Líderes, preferencialmente próximo à Semana da Juventude, observada a rotina de trabalhos da Assembleia.

§2º O Parlamento Jovem Goiano será constituído por estudantes do ensino médio ou curso equivalente, devidamente matriculados na rede pública ou particular de ensino, e com idade que não exceda os 29 (vinte e nove) anos.

Art. 3º Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Parlamento Jovem Goiano, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, publicação, discussão e votação nas comissões e no Plenário, expedição de autógrafos, onde estará consignado o nome do autor da propositura aprovada.

Parágrafo único. A Mesa da Assembleia Legislativa de Goiás diligenciará no sentido de que a sessão plenária do Parlamento Jovem Goiano transcorra no Plenário da Assembleia Legislativa de Goiás e seja acompanhada por assessoramento técnico compatível com a evolução dos trabalhos, até o seu final.

Art. 4º O Parlamento Jovem Goiano será composto de no máximo 41 (quarenta e um) deputados estudantes, selecionados em cada microrregião do Estado de Goiás, usando como critério a divisão estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o número de representantes proporcional a quantidade de habitantes de cada microrregião, conforme a seguinte distribuição:

I – 2 (dois) representantes para cada microrregião com até 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

II – 4 (quatro) representantes para cada microrregião com população superior a 500.000 (quinhentos mil) habitantes.

§1º Ao tomarem posse, os deputados do Parlamento Jovem Goiano prestarão o seguinte compromisso: "Prometo desempenhar fielmente o meu mandato, promovendo o bem geral do Estado de Goiás dentro das normas constitucionais e legislações correlatas".

PROF. COLO  
03  
FOLHAS  
07  
FOLHAS  
ASSOCIAÇÃO

§2º Os trabalhos do Parlamento Jovem Goiano serão dirigidos por uma Mesa Executiva, eleita pelos estudantes, composta por Presidente, Vice-Presidente e 1º e 2º Secretários.

§3º A legislatura terá a duração de 3 (três) dias, verificando-se o seu início com a diplomação, seguida da posse dos deputados e findando-se com a redação do autógrafa dos projetos aprovados na Ordem do Dia.

Art. 5º A Mesa da Assembleia Legislativa de Goiás, mediante Ato, normatizará a consecução do Parlamento Jovem Goiano especialmente quanto:

- I – ao cronograma das atividades de organização;
- II – as orientações relativas aos procedimentos de inscrição e participação dos interessados;
- III – a eleição dos jovens parlamentares no âmbito de suas respectivas escolas;
- IV – as normas para a eleição da Mesa Executiva;
- V – a realização dos trabalhos da sessão plenária.
- VI – possibilidade de transmissão pela TV Assembleia.

§1º O Presidente da Assembleia Legislativa nomeará uma Comissão Executiva, composta por Deputados Estaduais, encarregada de implementar todos os procedimentos necessários para a realização da sessão do Parlamento Jovem Goiano, na forma do estabelecido neste artigo.

§2º As demais atividades que venham a compor o Parlamento Jovem Goiano, orientar-se-ão para o conhecimento dos procedimentos legislativos, dos Partidos Políticos com representação na Assembleia Legislativa, suas propostas políticas e das funções dos líderes partidários.

Art. 6º O deputado do Parlamento Jovem Goiano, no exercício do seu mandato, poderá contar com a ajuda de um Estudante Assessor Parlamentar, proveniente do mesmo estabelecimento de ensino em que estiver matriculado.

Art. 7º A Mesa da Assembleia Legislativa, visando a consecução e o bom andamento dos trabalhos do Parlamento Jovem Goiano, poderá firmar convênios ou parcerias com órgãos públicos ou entidades privadas.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Resolução correrão a conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar nº 112, de 18 de setembro de 2014.

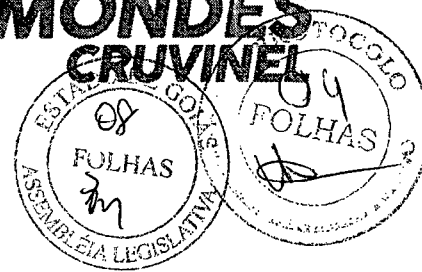
Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM

DE

2019.

  
**Virmondes Cruvinel**  
Deputado Estadual – Cidadania



## JUSTIFICATIVA

A compreensão da estrutura de funcionamento do Estado Democrático de Direito contribui para o crescimento e fortalecimento do exercício da cidadania. A educação política de jovens não está presente na maioria das escolas do país, isso tem criado uma geração de jovens cada vez mais longe das esferas de participação social e política. A distanciação da juventude dos cargos públicos também compromete um dos principais pilares da democracia, a rotatividade.

A Assembleia Legislativa pode contribuir para que haja efetiva formação política para a juventude fomentando a necessidade de debate crítico entre os jovens. A participação de jovens nas atividades aqui propostas adquire maior relevância na medida em que procuram difundir princípios fundamentais como a liberdade de expressão, o pluralismo ideológico e político, a tolerância e o diálogo.

Cabe a nossa geração oferecer recursos e oportunidades para que as futuras gerações possam desenvolver sistemas políticos melhores e mais democráticos que os atuais e o Parlamento Jovem Goiano oferece tais recursos ao realizar de forma contextualizada a formação política e cívica para os jovens goianos.

Pelo que restou brevemente exposto, conto com a aquiescência dos demais pares desta Casa de Leis para a aprovação da inclusa resolução.



**Virmondes Cruvinel**  
*Deputado Estadual – Cidadania*



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) MAJOR ARAÚJO

**PARA RELATAR**

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 25 / 08 /2019.

Presidente: \_\_\_\_\_



PROCESSO N: 2019004630  
INTERESSADO: DEP. VIRMONDES CRUVINEL  
ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS, DO “PARLAMENTO JOVEM GOIANO” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos sobre projeto de lei, de autoria do DEP VIRMONDES CRUVINEL, cujo propósito é dispor sobre a criação no âmbito da Assembléia Legislativa de Goiás, do “Parlamento Jovem Goiano” e dá outras providências.

A matéria em questão, destaca a importância da participação da juventude goiana, nas decisões parlamentares desta Casa de Leis, trazendo mais rotatividade e relevância em debates críticos, que possam difundir o pluralismo ideológico e político, ressaltando também a valorização do conhecimento político e cívico dos jovens, que visam de forma à contribuir, com nosso Estado democrático goiano.

Normas similares têm sido editadas em diversos outros Estados, sinalizando que o presente projeto de lei incrementa um vazio de normas no âmbito do Estado de Goiás.

No que se refere à competência legislativa, a Constituição Federal de 1988, notadamente, em seu Art. 61, estabelece o seguinte:

“Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da



República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.”

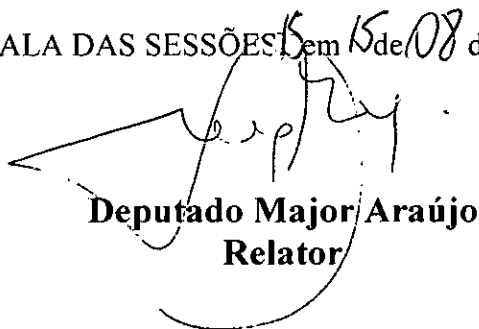
No mesmo sentido, a Constituição Estado de Goiás em seu Art. 20, preconiza o seguinte:

“Art. 20. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta e na Constituição da República. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 10-11-2009)”

Verifica-se que a presente matéria está circunscrita no âmbito da competência constitucional assegurada ao Parlamentar, de sorte que, a proposta ora apreciada exsurge adequada aos mandamentos da Constituição Federal de 1988 e da Constituição do Estado de Goiás, razão porque pugnamos pela constitucionalidade e juridicidade da proposição em tela, e, no mérito, por sua aprovação.

É o relatório.

SALA DAS SESSÕES em 15 de 08 de 2019.

  
**Deputado Major Araújo**  
**Relator**

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

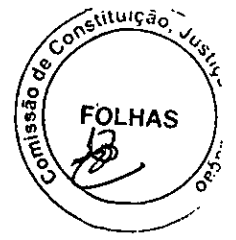


A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprova o pedido de VISTA  
ao(s) Sr. Deputado(a) (s): Antônio Gamide, Del. Humberto Teófilo  
**PELO PRAZO REGIMENTAL**

Sala das Comissões Deputado Sólon Amaral

Em 18 / 08 / 2019.

Presidente: \_\_\_\_\_



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova  
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATÉRIA.**

Processo Nº 4630/19

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 26 10 9 / 2019.

Presidente: \_\_\_\_\_

The image shows several handwritten signatures in black ink. One signature is written vertically on the left side. Another signature is written horizontally above it. To the right, there are several more signatures, some of which are large and stylized, possibly representing the President and other members of the commission.